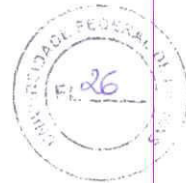




UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS - UFLA
DIRETORIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - DRI
Telefone/Fax: (35) 3829-1858 - E-mail: dri@ufla.br



ACORDO DE COOPERAÇÃO
ACADÊMICA INTERNACIONAL
Nº 011/2022 - UFLA, QUE ENTRE
SI CELEBRAM A
UNIVERSIDADE FEDERAL DE
LAVRAS E A UNIVERSIDADE
MILITAR DE NOVA GRANADA,
NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente Instrumento e na melhor forma de direito, de um lado, a **UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS**, pessoa jurídica de direito público, autarquia especial integrante da Administração Indireta da União, criada pela Lei nº 8.956, de 15 de dezembro de 1994, vinculada ao Ministério da Educação, com sede na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais, Brasil, no *Campus* Universitário, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.078.679/0001-74, doravante denominada **UFLA**, neste ato representada por seu Diretor de Relações Internacionais, Professor **ANTONIO CHALFUN JÚNIOR**, portador da Cédula de Identidade nº [REDACTED] emitida pela SSP/MG e do CPF nº [REDACTED], no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria/Reitoria nº 370, de 11/04/14, e, de outro lado, o Senhor General de Brigada **LUIS FERNANDO PUENTES TORRES**, pós-doutor, portador da Cédula de Identidade [REDACTED] de Bogotá, em sua condição de Reitor da Universidade Militar Nova Granada, cargo para o qual foi nomeado mediante o Acordo nº 06 de 15 de julho de 2019 do Conselho Superior Universitário e tomou posse mediante a Ata nº 09 de 15 de agosto de 2019, em nome e representação da **UNIVERSIDADE MILITAR NOVA GRANADA**, entidade de Ensino Superior, criada mediante o Decreto 84 de 23 de janeiro de 1980, reconhecida institucionalmente como Universidade mediante a Resolução nº 12.975 de 23 de julho de 1982 do Ministério da Educação Nacional, organizada mediante o Acordo nº 013 de 10 de novembro de 2010 do Conselho Superior Universitário, ente universitário autônomo de ordem Nacional, com regime especial em conformidade com o estabelecido na Lei 805 de 11 de abril de 2003, que para efeitos do presente Acordo de Cooperação se denominará **UMNG**, resolvem celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA INTERNACIONAL**, que será regido pela Lei nº 9.394/1996, artigo 53, inciso VII, e, em seu caso, pela Lei 8.666/93, pelas demais

cep 14

normas legais pertinentes à matéria, e mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Acordo tem por objeto o estabelecimento de parceria internacional com o escopo de promover o intercâmbio de discentes, de caráter amplo, em nível de graduação e de pós-graduação, e o intercâmbio de docentes pesquisadores e técnicos administrativos, entre a **UFLA** e a **UMNG**.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – No intuito de alcançar o objeto de que trata o *caput* da presente cláusula, as partícipes cumprirão o Plano de Trabalho, anexo a este Instrumento, elaborado de acordo com o disposto na legislação vigente.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – Para os fins do presente Acordo, entender-se-á por instituição anfitriã a partícipe que receber discentes, docentes, pesquisadores e técnicos administrativos para intercâmbio dentro do escopo do presente Instrumento; e por instituição de origem a partícipe da qual o discente, docente, pesquisador ou técnico administrativo, participante do programa de intercâmbio, fizer parte.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

As partícipes concordam em promover intercâmbios entre discentes, docentes, pesquisadores e técnicos administrativos das respectivas instituições, oportunidade em que estes cumprirão as atividades estabelecidas no Plano de Trabalho.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA– As partícipes, enquanto instituição anfitriã, deverão enviar ao órgão apropriado da instituição de origem, ao final da estada do discente, documento oficial, especificando as atividades desenvolvidas e a avaliação recebida, quando for o caso.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA– A partícipes se comprometem a promover a integração dos discentes, docentes, pesquisadores e técnicos administrativos na vida acadêmica da instituição anfitriã, bem como a prover apoio, por meio de suas respectivas Diretorias de Relações Internacionais, incluindo auxílio na procura de moradia, orientação e apoio acadêmico.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO INTERCÂMBIO DE DISCENTES

asp

Os discentes serão selecionados na sua instituição de origem, de acordo com os critérios dessa instituição, e observando as exigências e especialidades da instituição anfitriã.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA– Os discentes pagarão todas as taxas de matrícula e mensalidade na sua instituição de origem, não sendo cobradas taxas, de qualquer ordem, na instituição anfitriã.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA– O pagamento de qualquer outra atividade que não seja um curso regular oferecido pela instituição anfitriã será de responsabilidade do próprio discente.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA– Os discentes serão responsáveis pelo pagamento dos aluguéis e taxas referentes à sua hospedagem e à alimentação, bem como serão responsáveis por suas despesas de viagens e por outros gastos com subsistência.

Parágrafo único - Dentro das disposições orçamentárias de cada instituição, a hospedagem e a alimentação poderão ser ofertadas pela instituição de destino de forma recíproca, detalhadas em Plano de Trabalho específico.

SUBCLÁUSULA QUARTA– Os discentes deverão submeter-se aos regulamentos e demais procedimentos acadêmicos existentes na instituição anfitriã.

SUBCLÁUSULA QUINTA - Inicialmente, o intercâmbio será de, no máximo, 8 estudantes por ano e poderá ser realizado a partir do quinto semestre para os estudantes da **UMNG** e em qualquer período acadêmico para os estudantes da **UFLA**.

SUBCLÁUSULA SEXTA- É vedado o intercâmbio aos estudantes de graduação da **UFLA** que:

- a) Não tenham concluído, pelo menos, 10% da carga horária total de sua matriz curricular;
- b) Estiverem em estágio curricular obrigatório; e
- c) Estiverem matriculados no último semestre letivo, quando este significar o cumprimento do tempo máximo de integralização.

SUBCLÁUSULA SÉTIMA - Anualmente, as partes definirão os aspectos do intercâmbio, tais como áreas, cursos, períodos acadêmicos, entre outros, por meio de Plano de Trabalho específico.

af

h

SUBCLÁUSULA OITAVA - Os discentes deverão possuir um seguro saúde com cobertura ampla, válido pelo período de estudos no país anfitrião. A responsabilidade pela contratação deste seguro será dos próprios discentes.

SUBCLÁUSULA NONA - Os discentes deverão ter o visto apropriado, válido pelo período de estudos no país anfitrião.

SUBCLÁUSULA DÉCIMA - As partícipes, enquanto instituição de origem, reconhecerão os resultados acadêmicos obtidos pelo discente na instituição anfitriã, com base em plano de trabalho previamente acordado entre as partícipes e em seus créditos e/ou carga horária.

CLÁUSULA QUARTA – DO INTERCÂMBIO DE DOCENTES, PESQUISADORES E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS

Os docentes, pesquisadores e técnicos administrativos interessados em participar do intercâmbio de que trata a presente Cláusula serão selecionados na sua instituição de origem, de acordo com os critérios por ela estabelecidos e observando as exigências e especialidades da instituição anfitriã.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA– O intercâmbio de docentes, pesquisadores e técnicos administrativos será realizado em conformidade com o disposto no Plano de Trabalho específico, anexo ao presente Instrumento, definido de comum acordo entre as partícipes, contendo as atividades, os períodos, o financiamento, a coordenação, entre outros aspectos.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA– Os docentes, pesquisadores e técnicos administrativos participantes serão responsáveis pelo pagamento dos aluguéis e taxas referentes à sua hospedagem, bem como serão responsáveis por suas despesas de viagens e por seus gastos com subsistência, a menos que esses gastos estejam incluídos em bolsa concedida nos termos da legislação vigente.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA– Os docentes, pesquisadores e técnicos administrativos deverão possuir seguro-saúde com cobertura ampla, válido pelo período de sua estadia no país anfitrião. A responsabilidade pela contratação do seguro será dos próprios docentes, pesquisadores e técnicos administrativos.

SUBCLÁUSULA QUARTA– Os professores, pesquisadores e técnicos administrativos devem possuir visto apropriado, válido pelo período de sua estadia no país anfitrião.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

sep

H

A instituição anfitriã não assumirá responsabilidade civil, judicial ou extrajudicial em relação a nenhum evento danoso que possam sofrer os discentes, docentes pesquisadores e/ou técnicos administrativos, que participem dos programas de intercâmbio, sejam esses delitos, contravenções, acidentes ou enfermidades de qualquer natureza.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – A responsabilidade civil prevista como resultado de delitos ou fatos danosos ou culposos que possam ser cometidos por servidores ou funcionários da instituição anfitriã, não será alcançada pela exclusão de responsabilidade prevista no *caput* desta cláusula.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUPERVISÃO

As partes designarão suas respectivas Diretorias de Relações Internacionais como supervisoras das atividades resultantes do presente Instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA COORDENAÇÃO

No âmbito da **UFLA**, a coordenação executiva e administrativa do intercâmbio de discente da graduação caberá à Diretoria de Relações Internacionais e a coordenação acadêmica caberá a um docente da **UFLA**, especificamente designado. No âmbito da **UMNG**, a coordenação executiva e administrativa do intercâmbio dos estudantes de graduação caberá à Diretoria de Relações Internacionais e a coordenação acadêmica caberá a um docente da **UNMG** especificamente designado.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – Toda e qualquer questão derivada da aplicação e da interpretação deste Instrumento, será submetida, em primeira instância, ao arbítrio dos respectivos coordenadores, que deverão emendar esforços para superar as diferenças suscitadas.

CLÁUSULA OITAVA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

Qualquer invento, aperfeiçoamento ou inovação tecnológica, obtenção de produto ou processo, inclusive o direito de exploração econômica de obras científicas ou literárias, resultantes das ações desenvolvidas no âmbito do presente Acordo serão objeto de instrumento específico, observando-se em qualquer caso, as normas jurídicas aplicáveis.

CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente Instrumento não implica compromissos financeiros entre as partes. O pagamento dos custos inerentes às atividades eventualmente acordadas correrá por conta de cada uma das partes.

ap

18

SUBCLÁUSULA ÚNICA – É vedada a indenização de uma partícipe à outra, bem como a transferência de recursos financeiros entre si.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RECIPROCIDADE

Cada partícipe oferecerá aos discentes, docentes, pesquisadores e técnicos administrativos que a visitem, um tratamento similar ao dos próprios, tornando possível o acesso aos serviços necessários e reconhecendo os estudos realizados na outra Instituição, nos limites da legislação em vigor em ambos os países.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Instrumento é de 05 (CINCO) anos, a contar da data de sua última assinatura, podendo ser prorrogado, caso haja interesse público, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias do vencimento, mediante celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

O presente Acordo poderá ser alterado, exceto quanto ao seu objeto, mediante a formalização de um instrumento jurídico específico pelas partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DENÚNCIA

Qualquer das partícipes poderá denunciar o presente Instrumento, a qualquer tempo e independentemente de justo motivo, desde que comunique a outra a sua intenção com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, fazendo jus aos benefícios ou vantagens até então auferidas e arcando com as responsabilidades das obrigações assumidas durante a respectiva vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

Constitui motivo para a rescisão deste Acordo de Cooperação Internacional o inadimplemento de quaisquer das cláusulas aqui pactuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre as partícipes, podendo ser firmados, se necessário, termos aditivos que farão parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ASSINATURA

af

af

As Partes expressamente concordam em utilizar e reconhecem como válida qualquer forma de comprovação de anuência aos termos ora acordados em formato eletrônico, incluindo assinaturas eletrônicas da plataforma DocuSign (www.docusign.com), observados os padrões de segurança das respectivas normas nacionais, preservando a garantia de autoria, autenticidade e integridade dos documentos eletrônicos. A formalização das avenças na maneira supra acordada será suficiente para a validade e integral vinculação das partes ao presente Acordo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICIDADE

Caberá à UFLA proceder à publicação do extrato do presente Instrumento no *Diário Oficial* da União, no prazo estabelecido no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93, bem como em seu Boletim Interno.

SUBCLÁUSULA ÚNICA– A UMNG dará publicidade ao presente Instrumento de acordo com as leis colombianas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Para dirimir dúvidas que possam ser suscitadas na execução e interpretação do presente acordo, as partícipes envidarão esforços na busca de uma solução consensual.

Não sendo possível, as convenientes indicarão, de comum acordo, um terceiro, pessoa física especialista em solução amigável de conflitos internacional, para atuar como mediador e dirimir as controvérsias com base na legislação de ambos países envolvidos. É acordado que o lugar de evento do litígio ou, havendo obrigação a ser cumprida, o lugar de seu cumprimento, definirá o direito aplicado e o tribunal competente.

E, assim, por estarem justas e acordes, as partícipes assinam o presente Instrumento em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, sendo duas vias na língua portuguesa e duas em espanhol, para os mesmos efeitos legais, na presença de duas testemunhas instrumentárias abaixo subscritas.

p/ UFLA

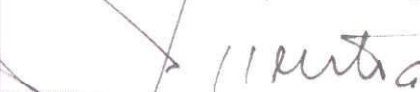
Lavras, Brasil, 05 de março de 2021



Antonio Chalfun Júnior
Diretor de Relações Internacionais

p/ UMNG

Bogotá, Colômbia, de _____ de 20__



BG. Luis Fernando Puentes Torres Ph.D.
Reitor

08 MAR. 2022



Os seguintes funcionários com a nossa aprovação, declaramos que revisamos cuidadosamente o conteúdo do presente documento, o ajustamos conforme os regulamentos internos da Universidade e as disposições legais e assumimos qualquer responsabilidade por seu conteúdo

Revisado por: Erika Andrea Barón Martín, Profissional Especializado, UMNG.

Vº Bº: Dr. José Luis Cadena Montenegro, Assessor na Diretoria de Relações Internacionais e Institucionais
UMNG.

Dra. Claudia Helena Forero, Vice-reitora Acadêmica UMNG.

Dra. Claudia Esther Pérez Duarte, Chefe de Assessoria Jurídica UMNG. *op*



UNIVERSIDAD FEDERAL DE LAVRAS - UFLA
OFICINA DE RELACIONES INTERNACIONALES - DRI
Fono/Fax: (35) 3829-1858 - E-mail: dri@ufla.br



ACUERDO DE COOPERACIÓN
ACADÉMICA INTERNACIONAL
Nº. 011 / 2022 - UFLA, QUE
FIRMAN ENTRE SÍ LA
UNIVERSIDAD FEDERAL DE
LAVRAS Y LA UNIVERSIDAD
MILITAR NUEVA GRANADA
COMO SIGUE:

Por el presente Instrumento y en la mejor forma de la ley, por una parte, la **UNIVERSIDAD FEDERAL DE LAVRAS**, persona jurídica de derecho público, autarquía especial miembro de la Administración Indirecta de la Unión, creada por la Ley nº 8.956, del 15 de diciembre de 1994, vinculada al Ministerio de Educación, con sede en la ciudad de Lavras, Minas Gerais, Brasil en el Campus Universitario, inscrita en el CNPJ / MF bajo el no 22.078.679/0001-74, en adelante denominada **UFLA**, representada en este acto por su Director de Relaciones Internacionales, Profesor **ANTONIO CHALFUN JÚNIOR**, portador de la Cédula de Identidad no M-
[REDACTED], expedida por la SSP/MG y del CPF [REDACTED] en el uso de las facultades que le fueron delegadas por la Ordenanza/Rectoría nº 370, del 11/04/2014, y, por otro lado, el Señor Brigadier General (RA) **LUIS FERNANDO PUENTES TORRES Ph.D.** identificado con cédula de ciudadanía [REDACTED] de Bogotá, en su condición de Rector de la Universidad Militar Nueva Granada, cargo para el cual fue nombrado mediante Acuerdo No. 06 del 15 de julio de 2019 del Consejo Superior Universitario y posesionado mediante Acta No. 09 del 15 de agosto de 2019, en nombre y representación de la **UNIVERSIDAD MILITAR NUEVA GRANADA**, entidad de Educación Superior, creada mediante Decreto 84 del 23 de enero de 1980, reconocida institucionalmente como Universidad mediante Resolución No 12975 del 23 de julio de 1982 del Ministerio de Educación Nacional, organizada mediante Acuerdo No 013 del 10 de noviembre de 2010 del Consejo Superior Universitario, ente universitario autónomo del orden Nacional, con régimen especial de conformidad con lo establecido en la Ley 805 del 11 de abril de 2003, que para efectos del presente Acuerdo de Cooperación se denominará **UMNG**, resuelven celebrar este **ACUERDO DE COOPERACIÓN ACADÉMICA INTERNACIONAL**, el cual se registrá por la Ley no 9.394/1996, artículo 53, fracción

oep

VII, y, en su caso, por la Ley no 8.666/93, por las demás normas jurídicas relativas a la materia, y en las cláusulas y condiciones que se exponen a continuación:

CLÁUSULA PRIMERA - OBJETO

El presente Acuerdo tiene por objeto el establecimiento de una alianza internacional con el objetivo de promover el intercambio de estudiantes, de carácter amplio, a nivel de grado y posgrado, y el intercambio de profesores, investigadores y técnicos administrativos, entre la **UFLA** y la **UMNG**.

SUB-CLÁUSULA PRIMERA - Con el fin de lograr el objetivo de que trata el encabezado de esta cláusula, las participantes cumplirán con el Plan de Trabajo, que se adjunta al presente Instrumento, elaborado de conformidad con la legislación vigente.

SUB-CLÁUSULA SEGUNDA - Para los efectos del presente Acuerdo, se entenderá por institución receptora la participante que reciba a los estudiantes, profesores, investigadores y técnicos administrativos para intercambio en el ámbito de este Instrumento; y por institución de origen la participante de la cual el estudiante, profesor, investigador o técnico administrativo, es participante en el programa de intercambio.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBLIGACIONES

Las participantes acuerdan promover intercambios entre los estudiantes, profesores investigadores y técnicos administrativos de las respectivas instituciones, oportunidad en la que aquellos cumplirán las actividades establecidas en el Plan de Trabajo.

SUB-CLÁUSULA PRIMERA - Las participantes, como institución receptora, deberán enviar a la oficina correspondiente de la institución de origen, al final de la estancia del estudiante, un documento oficial, especificando las actividades desarrolladas y la evaluación recibida, en su caso.

SUB-CLÁUSULA SEGUNDA - Las participantes se comprometen a fomentar la integración de los estudiantes, profesores, investigadores y técnicos administrativos en la vida académica de la institución receptora, así como a prestar apoyo, a través de sus respectivos Directorios de Relaciones Internacionales, incluida la asistencia en la búsqueda por vivienda, orientación y apoyo académico.

afp

afp

CLÁUSULA TERCERA - INTERCAMBIO DE ESTUDIANTES

Los estudiantes serán seleccionados en su institución de origen, de conformidad con los criterios de esa institución, observando los requisitos y especialidades de la institución receptora.

SUB-CLÁUSULA PRIMERA - Los estudiantes pagarán todas las tasas de matrícula y la mensualidad en su institución de origen y no se cobrarán tasas, de cualquier orden, en la institución receptora.

SUB-CLÁUSULA SEGUNDA - El pago de cualquier otra actividad que no sea de un curso regular ofrecido por la institución receptora será de responsabilidad del propio estudiante.

SUB-CLÁUSULA TERCERA - Los estudiantes serán responsables por el pago de los arrendamientos y tasas relacionados con su alojamiento, alimentación y transporte, así como serán responsables por sus gastos de viaje y otros gastos de subsistencia.

Parágrafo único - Dentro de las disposiciones presupuestarias de cada institución, el hospedaje y la alimentación podrán ser ofrecidos por la institución de destino de forma recíproca, detalladas en Plan de Trabajo específico.

SUB-CLÁUSULA CUARTA - Los estudiantes deben someterse a los reglamentos y otros procedimientos académicos existentes en la institución receptora.

SUB-CLÁUSULA QUINTA - Inicialmente, el intercambio será de, un máximo de 8 estudiantes por año y podrá ser realizado a partir de quinto semestre para los estudiantes de la **UMNG** y en cualquier período académico para los estudiantes de la **UFLA**.

SUBCLÁUSULA SEXTA - Está prohibido el intercambio a los estudiantes de graduación de la **UFLA** que:

- a) no hayan concluido al menos el 10% de la carga horaria total de su matriz curricular;
- b) se encuentren en una fase de pasantía obligatoria; y
- c) Estén matriculados en el último semestre lectivo, cuando éste signifique el cumplimiento del tiempo máximo de integralización.

ap

h

SUB-CLÁUSULA SÉPTIMA - A cada año, las participantes definirán los aspectos del intercambio, tales como las áreas, cursos, períodos académicos, entre otros, a través de un Plan de Trabajo específico.

SUB-CLÁUSULA OCTAVA - Los estudiantes deberán tener un seguro de salud con cobertura completa y válida por el periodo de estudios en el país de acogida. La responsabilidad de contratar ese seguro será de los propios estudiantes.

SUB-CLÁUSULA NOVENA - Los estudiantes deberán tener el correspondiente visado válido por el período de estudios en el país de acogida.

SUB-CLÁUSULA DÉCIMA - Las participantes, como institución de origen, reconocerán los logros académicos obtenidos por los estudiantes en la institución receptora, basado en plan de trabajo acordado previamente entre las participantes y en sus créditos y/o carga horaria.

CLÁUSULA CUARTA - INTERCAMBIO DE PROFESORES, INVESTIGADORES Y TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS

Los profesores, investigadores y técnicos administrativos interesados en participar en el intercambio regulado por la presente Cláusula serán seleccionados en su institución de origen, de conformidad con los criterios establecidos por la misma y observando los requisitos y especialidades de la institución receptora.

SUB-CLÁUSULA PRIMERA - El intercambio de profesores, investigadores y técnicos administrativos se llevará a cabo de conformidad con lo dispuesto en el Plan de Trabajo específico, adjunto al presente Instrumento, definido de común acuerdo entre las participantes, conteniendo las actividades, los periodos, la financiación, la coordinación, entre otros aspectos.

SUB-CLÁUSULA SEGUNDA - Los profesores, investigadores y técnicos administrativos participantes serán responsables por el pago de los arrendamientos y tasas relacionados con su alojamiento y serán responsables por sus gastos de viaje y por sus gastos de subsistencia, a menos que estos gastos estén incluidos en la beca concedida en virtud de la legislación vigente.

SUB-CLÁUSULA TERCERA - Los profesores, investigadores y técnicos administrativos deberán tener un seguro de salud con cobertura completa y válida durante el periodo de su estancia en el país de acogida. La responsabilidad por la contratación del seguro será de los propios profesores, investigadores y técnicos administrativos.

ap

18



SUB-CLÁUSULA CUARTA - Los profesores, investigadores y técnicos administrativos deberán tener el correspondiente visado válido por la duración de su estancia en el país de acogida.

CLÁUSULA QUINTA - RESPONSABILIDAD CIVIL

La institución receptora no asumirá la responsabilidad civil, judicial o extrajudicial con relación a cualquier evento dañoso que pueda afectar a los estudiantes, profesores investigadores y/o técnicos administrativos que participen en los programas de intercambio, sean estos delitos, infracciones, accidentes o enfermedades de cualquier tipo.

SUB-CLÁUSULA ÚNICA - La responsabilidad civil prevista como consecuencia de delitos o de hechos dañosos o culposos que puedan ser cometidos por funcionarios o empleados de la institución receptora, no será alcanzada por la exclusión de la responsabilidad establecida en el *encabezado* de esta cláusula.

CLÁUSULA SEXTA - SUPERVISIÓN

Las participantes designarán a sus respectivos Directorios de Relaciones Internacionales como supervisores de las actividades resultantes de este Instrumento.

CLÁUSULA SÉPTIMA- COORDINACIÓN

Dentro del ámbito de la **UFLA**, la coordinación ejecutiva y administrativa del intercambio de estudiantes de graduación estará a cargo del Directorio de Relaciones Internacionales y la coordinación académica estará a cargo de un docente de la **UFLA** específicamente designado. Dentro del ámbito de la **UMNG**, la coordinación ejecutiva y administrativa del intercambio de estudiantes de graduación estará a cargo del Directorio de Relaciones Internacionales y la coordinación académica estará a cargo de un docente de la **UMNG** específicamente designado.

SUB-CLÁUSULA ÚNICA - Toda y cualquier cuestión derivada de la aplicación e interpretación de este Instrumento será presentada, en primera instancia, a la discreción de los respectivos coordinadores, quienes deberán hacer esfuerzos para superar las diferencias planteadas.

CLÁUSULA OCTAVA - PROPIEDAD INTELECTUAL

asp

h

Cualquier invención, mejora o innovación tecnológica, la obtención de un producto o proceso, incluyendo el derecho de explotación económica de obras científicas o literarias, resultantes de las acciones desarrolladas en virtud del presente Acuerdo estarán sujetos a instrumento específico, respetando, en todo caso, las disposiciones legales aplicables.

CLÁUSULA NOVENA - RECURSOS FINANCIEROS

Este instrumento no implica compromisos financieros entre las participantes. El pago de los costos inherentes a las actividades eventualmente acordadas estarán a cargo de cada una de las participantes.

SUB-CLÁUSULA ÚNICA- Está prohibida la indemnización de una participante a la otra, así como la transferencia de fondos entre sí.

CLÁUSULA DÉCIMA - RECIPROCIDAD

Cada participante proporcionará a los estudiantes, profesores, investigadores y técnicos administrativos que la visiten, un tratamiento similar al dispensado a los suyos, haciendo posible el acceso a los servicios necesarios y el reconocimiento de los estudios realizados en otra institución dentro de los límites de la ley vigente en ambos países.

CLÁUSULA UNDÉCIMA - PLAZO

El plazo de vigencia de este Instrumento es de 05 (CINCO) años, a partir de la fecha de su última firma y podrá prorrogarse, si existe interés público, con antelación de un mínimo de treinta (30) días hábiles de la fecha de vencimiento, mediante un término de adición.

CLÁUSULA DUODÉCIMA - MODIFICACIONES

El presente Acuerdo podrá ser modificado, excepto en cuanto a su objeto, mediante la formalización de un instrumento jurídico específico por las participantes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCERA - TERMINACIÓN

Cualquiera de las participantes podrá terminar este Instrumento a cualquier momento e independientemente de una causa justa, bajo la condición de que comunique a la otra o parte su intención con por lo menos 60 (sesenta) días hábiles,



y cumpla con los beneficios o ventajas obtenidos anteriormente y asuma las responsabilidades de las obligaciones durante su respectiva duración.

CLÁUSULA DÉCIMA CUARTA - RESCISIÓN

Constituye causa de rescisión del presente Acuerdo de Cooperación Internacional el incumplimiento de cualquiera de los términos acordados aquí.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CASOS OMISOS

Los casos omisos serán resueltos de común acuerdo entre las participantes, y podrán ser firmados, en su caso, los términos adicionales que serán parte integrante del presente Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DE LA SUSCRIPCIÓN

Las Partes acuerdan expresamente utilizar y reconocer como cualquier forma de prueba de consentimiento a los términos ahora en formato electrónico, incluidas las firmas electrónicas de la plataforma DocuSign (www.docusign.com), observando los estándares de seguridad de los respectivos estándares nacionales, preservando la garantía de autoría, autenticidad e integridad documentos electrónicos. La formalización de convenios de la forma anterior convenida será suficiente para la validez y la plena vinculación de las partes a este acuerdo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉPTIMA - PUBLICIDAD

Corresponderá a la UFLA publicar el extracto de este Instrumento en el *Diario Oficial* de la Unión dentro del plazo establecido en el párrafo único del artículo 61 de la Ley No 8.666/93, así como en su Boletín Interno.

SUB-CLÁUSULA – La UMNG publicará el presente Instrumento en su página web, de conformidad con las leyes colombianas.

CLÁUSULA DÉCIMA OCTAVA- FUERO

Para resolver las dudas que puedan suscitarse en la ejecución e interpretación del presente Acuerdo, las partes se esforzarán en la búsqueda de una solución consensuada.

asf

18



No siendo posible, las convenientes indicarán, de común acuerdo, un tercero, persona física especialista en solución amistosa de conflictos internacionales, para actuar como mediador y dirimir las controversias con base en la legislación de ambos países involucrados. Se acuerda que el lugar de evento del litigio o, habiendo obligación a ser cumplida, el lugar de su cumplimiento definirá el derecho aplicado y el tribunal competente.

Y por lo tanto, ser justo y acordes, las partícipes firman el presente instrumento en cuatro (4) copias de idéntico contenido y forma, dos vías en portugués y dos en español, para el mismo efecto legal, en presencia de dos testigos instrumentales abajo suscritos.

p/ UFLA

Lavras, Brasil, 05 de marzo de 2021

Antonio Chalfun Júnior
Director de Relações
Internacionais

p/ UMNG

Bogotá, Colombia, de de 20__

BG. Luis Fernando Puentes Torres Ph.D.
Rector

11 MAR 2021

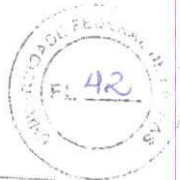
Los siguientes funcionarios con nuestro visto bueno, declaramos que hemos revisado detenidamente el contenido del presente documento, lo encontramos ajustado a los reglamentos internos de la Universidad, a las disposiciones legales y asumimos cualquier responsabilidad por su contenido.

Revisado por: Erika Andrea Barón Martín, Profesional Especializado, UMNG

V* B*: Dr. José Luis Cadena Montenegro, Asesor Oficina de Relaciones Internacionales e Interinstitucionales UMNG

Dra. Claudia Helena Forero, Vicerrectora Académica UMNG

Dra. Claudia Esther Pérez Duarte, Jefe Oficina Asesora Jurídica UMNG



UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS - UFLA
DIRETORIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - DRI
Telefone: +55 (35) 3829-1858 - E-mail: dri@ufla.br



UNIVERSIDAD MILITAR
NUEVA GRANADA

PLANO DE TRABALHO

I - DADOS CADASTRAIS

TIPO DE INSTRUMENTO

ACORDO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

PARTÍCIPE 1

1. TIPO DE PARTICIPAÇÃO Participe	2. RAZÃO SOCIAL UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	3. CNPJ/MF 22.078.679/0001-74
4. ENDEREÇO DA SEDE (AV., RUA, Nº, BAIRRO) Campus Universitário da UFLA		
5. CIDADE/ESTADO Lavras/MG	6. CEP 37.200-900	7. TELEFONE (35) 3829-1502
8. FAX (35) 3829 1502		9. NOME DO REPRESENTANTE LEGAL ANTONIO CHALFUN JÚNIOR
10. CPF/MF nº [REDACTED]	11. IDENTIDADE [REDACTED]	
12. CARGO Diretor de Relações Internacionais	13. DATA VENC. MANDATO 30/05/2024	
14. ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL) dri@ufla.br	15. MATRÍCULA SIAPE [REDACTED]	
16. NOME DO COORDENADOR GERALDO ANDRADE DE CARVALHO	17. IDENTIDADE [REDACTED]	
18. ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL) [REDACTED]	19. MATRÍCULA SIAPE [REDACTED]	

PARTÍCIPE 2

1. TIPO Participe	2. RAZÃO SOCIAL UNIVERSIDAD MILITAR NUEVA GRANADA
3. ENDEREÇO DA SEDE Carrera 11 N° 101 - 80	
4. CIDADE/ESTADO Bogotá	5. C. POSTAL
6. TELEFONE 6500000 Ext. 1028, 1029, 1030	
7. NOMBRE DEL REPRESENTANTE LEGAL Luis Fernando Fuentes Torres	
8. IDENTIDADE [REDACTED]	9. ÓRGÃO EXPEDIDOR Registradora Nacional del Estado Civil
10. CARGO Reitor	11. DATA DE TÉRMINO DO MANDATO 15/08/2023
12. NOME DO RESPONSÁVEL (COORDENADOR) José Luis Cadena Montenegro	

13. ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL)

[REDACTED]



II – CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO

1. TÍTULO

Acordo de Cooperação Acadêmica Internacional entre a Universidade Federal de Lavras (UFLA) e a Universidad Militar Nueva Granada (UMNG).

2. BASE LEGAL

Este plano de trabalho, referente ao Acordo de Cooperação Acadêmica Internacional celebrado entre a UFLA e a UMNG justifica-se na medida em que atinge a pluralidade de significados atribuídos ao "interesse público", como o interesse pessoal de um indivíduo ou um grupo de indivíduos que agem como "participantes de uma comunidade maior a qual pertencem". Neste caso, refere-se ao interesse dos alunos, docentes e pesquisadores em se beneficiar do intercâmbio entre as partes.

Interesse público também está ligado ao interesse do Estado como Administração Pública, e, outrossim, incluído nesta proposta que converge com o interesse da UFLA como membro especial da autoridade de Administração Indireta da União para intensificar a sua política de internacionalização.

Finalmente, destaca-se ainda a interpretação do interesse público relacionado com a garantia dos direitos fundamentais, entre os quais os direitos sociais. O acordo proposto é, a partir dessa perspectiva, relevante, uma vez que afeta interesses relacionados com a educação (direitos sociais consagrados no artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988), permitindo iniciativas de formação e produção de conhecimento.

O presente Plano de Trabalho seguirá, no que couber, os ditames da Lei Brasileira nº 8.666/93, principalmente no que se refere ao Artigo 116.

3. OBJETO DO INSTRUMENTO

Objetiva-se o estabelecimento de uma parceria internacional que permita a cooperação técnica, científica, educacional e cultural entre UFLA e UMNG. Visa-se o desenvolvimento de atividades relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão no âmbito dos cursos em comum.

4. PERÍODO DE EXECUÇÃO

INÍCIO:

Data da
assinatura do
Acordo.

TÉRMINO:

5 anos após a
última assinatura
do Acordo.

5. OBJETIVOS

Determinar o número de 8 vagas por ano para mobilidade durante o período do acordo geral. As instituições concordam que esse número será dividido em cada semestre de acordo com o interesse dos discentes e das instituições. A seleção será feita por meio de edital específico e o intercâmbio de discentes depende da indicação prévia da instituição de origem e da aprovação da instituição anfitriã, que posteriormente fornecerá ao aluno uma carta de aceite para fins de visto.

6. RESULTADO ESPERADOS (ESPECIFICAR)

Promoção de mobilidades entre a UFLA e a UMNG a fim de enviar e receber alunos, professores e pesquisadores dos mais diversos campos de estudos e pesquisas, para que resulte no aprimoramento das suas habilidades intelectuais e técnicas de seus membros em suas respectivas áreas. Aumento da internacionalização da UFLA por meio das mobilidades acadêmicas, formação de profissionais capacitados internacionalmente em virtude da realização de intercâmbio, contribuição com os programas Brother UFLA e Idiomas sem Fronteiras por parte dos discentes egressos das mobilidades.

III – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

ETAPA / FASE	META 1	ATIVIDADES	DURAÇÃO	
			Início	Término



I	Estabelecimento do número de 4 estudantes para o semestre.	Contato entre as instituições para definir as mobilidades.	Ano 1	Ano 2
---	--	--	-------	-------

ETAPA / FASE	META 2	ATIVIDADES	DURAÇÃO	
			Início	Término
II	Intercâmbio de estudantes.	Realizar o processo de seleção, a nomeação e instruções de mobilidade aos estudantes.	Ano 1	Ano 2

ETAPA / FASE	META 3	ATIVIDADES	DURAÇÃO	
			Início	Término
III	Informe e análise da mobilidade.	As universidades avaliarão os resultados das mobilidades e a continuação da cooperação.	Ano 2	Ano 2

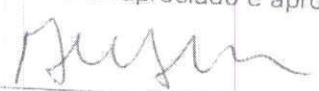
ETAPA / FASE	META 4	ATIVIDADES	DURAÇÃO	
			Início	Término
IV	Novos ciclos de mobilidade.	Novo contato para o estabelecimento das próximas mobilidades.	Ano 2	Ano 5

ETAPA / FASE	META 5	ATIVIDADES	DURAÇÃO	
			Início	Término
V	Atividades de cooperação em investigação conjunta.	Contato entre as universidades para definição de áreas comuns de interesse para investigação conjunta.	Ano 1	Ano 5

IV - DECLARAÇÕES

1. DECLARAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL NA UFLA

Declaro, para os devidos fins de direito, na função de Diretor de Relações Internacionais, que o presente Plano de Trabalho foi apreciado e aprovado pelos órgãos competentes da UFLA.


Antonio Chalfun Junior

SIAPE

IDENTIDADE

05/03/21
DATA

2. DECLARAÇÃO DO COORDENADOR NA UFLA

Declaro, para os devidos fins de direito, na função de Coordenador, que o presente Plano de Trabalho foi apreciado e aprovado por mim.



05/03/21

Geraldo Andrade de Carvalho

SIAPE

IDENTIDADE

DATA

3. DECLARAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL NA UMNG

Declaro, para os devidos fins de direito que o presente Plano de Trabalho foi apreciado e aprovado pelos órgãos competentes da UMNG.

Luis Fernando Puentes Torres

IDENTIDADE

DATA

11 8 MAR 2021

4. DECLARAÇÃO DO COORDENADOR NA UMNG

Declaro, para os devidos fins de direito, na função de Coordenador, que o presente Plano de Trabalho foi apreciado e aprovado por mim.

José Luis Cadena Montenegro

IDENTIDADE

DATA

18/03/22



UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS - UFLA
OFICINA DE RELACIONES INTERNACIONALES - DRI
Teléfono: +55 (35) 3829-1858 - E-mail: dri@ufla.br



UNIVERSIDAD MILITAR
NUEVA GRANADA

PLAN DE TRABAJO

I - DATOS CATASTRALES

TIPO DE INSTRUMENTO:

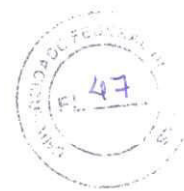
Acuerdo de Cooperación Académica Internacional

INTERVINIENTE 1

1. TIPO Partícipe	2. RAZÓN SOCIAL UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	3. CNPJ/MF 22.078.679/0001-74
4. DOMICILIO DE LA SEDE (AVDA., CALLE, N.º, BARRIO): Campus Universitario de la UFLA		
5. CIUDAD/ESTADO Lavras / MG	6. C. POSTAL 37.200-900	7. TELÉFONO (35) 3829-1502
8. FAX (35) 3829 1502		
9. NOMBRE DEL REPRESENTANTE LEGAL ANTONIO CHALFUN JÚNIOR		10. CPF/MF nº [REDACTED]
11. IDENTIDAD [REDACTED]	12. CARGO Director de Relaciones Internacionales	13. FECHA TÉRMINO MANDATO 30/05/2024
14. DIRECCIÓN ELECTRÓNICA (E-MAIL) dri@ufla.br		15. MATRÍCULA SIAPE [REDACTED]
16. COORDINADOR GERALDO ANDRADE DE CARVALHO		17. IDENTIDAD [REDACTED]
18. DIRECCIÓN ELECTRÓNICA (E-MAIL) [REDACTED]		19. MATRÍCULA SIAPE [REDACTED]

INTERVINIENTE 2

1. TIPO Partícipe	2. RAZÓN SOCIAL UNIVERSIDAD MILITAR NUEVA GRANADA
3. DOMICILIO DE LA SEDE (AVDA., CALLE, N.º, BARRIO):	



Carrera 11 N° 101 – 80

4. CIUDAD/ESTADO

Bogotá

5. C. POSTAL

6. TELÉFONO

6500000 Ext. 1028, 1029, 1030

7. NOMBRE DEL REPRESENTANTE LEGAL

Luis Fernando Puentes Torres

8. IDENTIDAD

9. ÓRGANO EXPEDIDOR

Registradora Nacional del Estado Civil

10. CARGO

Rector

11. FECHA TÉRMINO
MANDATO

15/08/2023

12. NOMBRE DEL RESPONSABLE (COORDINADOR)

José Luis Cadena Montenegro

13. DIRECCIÓN ELECTRÓNICA (E-MAIL)

II – CARACTERIZACIÓN DE LA PROPUESTA

1. TÍTULO DEL PROYECTO

Acuerdo de Cooperación Académica Internacional entre la **UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)** y la **UNIVERSIDAD MILITAR NUEVA GRANADA (UMNG)**.

2. FUNDAMENTO LEGAL

Este Plan de Trabajo, relativo al Acuerdo de Cooperación Académica Internacional suscrito entre la **UFLA** y la **UMNG** se justifica en la medida en que alcanza la pluralidad de significados asignados al interés público como el interés personal de un individuo o de un grupo de individuos que actúan como participantes de una comunidad más grande a la cual pertenecen. En este caso, se refiere al interés de los alumnos e investigadores en beneficiarse del intercambio entre los participantes.

El interés público también está conectado al interés del Estado como Administración Pública, y además está incluido en esta propuesta que converge con el interés de la **UFLA** como miembro especial de autoridad de Administración Indirecta de la Unión en la intensificación de su política de internacionalización.

Finalmente, se destaca asimismo la interpretación del interés público relacionado a la garantía de los derechos fundamentales, entre los cuales, los derechos sociales. El Acuerdo propuesto es, a partir de esa perspectiva, relevante, una vez que afecta intereses relacionados con la educación (derechos sociales consagrados en el artículo sexto (6) de la Constitución de la República Federativa de Brasil de 1988), facilitando iniciativas de formación y producción de conocimiento.

El presente Plan de Trabajo seguirá, en lo que compete, a los dictados de la Ley Brasileña 8.666/93, en especial el artículo 116.

3. OBJETO DEL INSTRUMENTO FORMAL

Establecimiento de una alianza internacional para permitir la cooperación técnica, científica, educacional y cultural entre la **UFLA** y la **UMNG**, a fin de desarrollar actividades relacionadas a la

4. PERÍODO DE EJECUCIÓN

INICIO

TÉRMINO:

Desde la fecha de la última firma del Acuerdo

5 años después de la fecha de la

enseñanza, investigación y extensión en áreas de interés mutuo entre las participantes bajo cursos comunes.

última firma del Acuerdo



5. OBJETIVOS DEL PLAN

Determinar el número de 8 vacantes por año para la movilidad durante el período del acuerdo general. Las instituciones acuerdan que este número se dividirá en cada semestre de acuerdo con el interés de los estudiantes e instituciones. La selección se realizará mediante una llamada específica y el intercambio de estudiantes depende de la indicación previa de la institución de origen y de la aprobación de la institución de acogida, que posteriormente proporcionará al estudiante una carta de aceptación a efectos de visado.

6. RESULTADOS ESPERADOS (ESPECIFICAR)

Promoción de movilidades entre la UFLA y la UMNG, a fin de enviar y recibir alumnos, profesores y gestores de los más diversos campos de estudio e investigación, para que resulte en la mejora de sus habilidades intelectuales y técnicas en sus respectivas áreas. Ampliación de la internacionalización de la UFLA por medio de las movilidades académicas; formación de profesionales capacitados internacionalmente en virtud de la realización del intercambio y contribución con el programa Brother UFLA por parte de los estudiantes egresos de las movilidades.

III – CRONOGRAMA DE DESARROLLO DE LAS ACTIVIDADES DEL PLAN DE TRABAJO

ETAPA / FASE	META 1	ACTIVIDADES	DURACIÓN	
			Inicio	Término
I	Definición del número de 4 estudiantes que podrán realizar intercambio en el semestre.	Contacto entre las instituciones para establecimiento de las movilidades.	Año 1	Año 2

ETAPA / FASE	META 2	ACTIVIDADES	DURACIÓN	
			Inicio	Término
II	Intercambio de los estudiantes.	Proceso selectivo, nombramiento e instrucciones a los estudiantes.	Año 1	Año 2

ETAPA / FASE	META 3	ACTIVIDADES	DURACIÓN	
			Inicio	Término
III	Informe y análisis de la movilidad.	Las universidades evaluarán los resultados de las movilidades y la continuación de la cooperación.	Año 2	Año 2

ETAPA / FASE	META 4	ACTIVIDADES	DURACIÓN	
			Inicio	Término

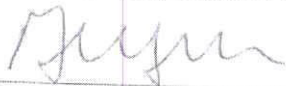
IV	Nuevos ciclos de movilidades.	Nuevo contacto para establecimiento de las próximas movilidades.	Año 2	Año 5
----	-------------------------------	--	-------	-------

ETAPA / FASE	META 5	ACTIVIDADES	DURACIÓN	
			Inicio	Término
V	Actividades de cooperación en investigación conjunta.	Contacto entre las universidades para definición de áreas comunes de interés para investigación conjunta.	Año 1	Año 5

IV - DECLARACIONES

1. DECLARACIÓN DEL REPRESENTANTE LEGAL EN LA UFLA

Declaro, para los debidos fines de derecho, que el presente Plan de Trabajo ha sido apreciado y aprobado por los Órganos Competentes dentro de la institución UFLA.



Antonio Chalfun Júnior

SIAPE

IDENTIDAD

05/03/21

DATA

2. DECLARACIÓN DEL COORDINADOR EN LA UFLA

Declaro, para los debidos fines de derecho, que el presente Plan de Trabajo ha sido apreciado y aprobado por mí.



Geraldo Andrade de Carvalho

SIAPE

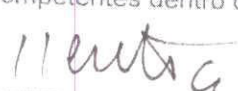
IDENTIDAD

05/03/21

DATA

3. DECLARACIÓN DEL REPRESENTANTE LEGAL EN LA UMNG:

Declaro, para los debidos fines de derecho, que el presente Plan de Trabajo ha sido apreciado y aprobado por los Órganos Competentes dentro de la institución UMNG.



Luis Fernando Puentes Torres

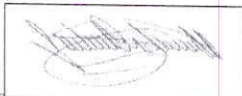
IDENTIDAD

FECHA

11 MAR 2021

4. DECLARACIÓN DEL COORDINADOR EN LA UMNG

Declaro, para los debidos fines de derecho, que el presente Plan de Trabajo ha sido apreciado y aprobado por mí.



José Luis Cadena Montenegro

IDENTIDAD

DATA

18/03/22